

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTABILIDADE,
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 85/2025

RELATÓRIO

Chega para apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 85/2025.

A matéria, de autoria da Mesa Diretora, autoriza o município de Garça a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria criativas.

O Presidente avocou a relatoria.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

A Lei nº 5.800, de 06 de junho de 2025, representou um marco fundamental ao autorizar a mudança da sede do Poder Legislativo para um novo imóvel, localizado na Rua das Flores, nº 740, de propriedade do Município de Garça, viabilizando a ocupação do antigo salão nobre da FAEF.

Contudo, em virtude de diligências e análises posteriores, realizadas em conjunto com a equipe técnica da Prefeitura de Garça, verificou-se a necessidade de se ajustar o memorial descritivo da área a ser destinada à Câmara Municipal.

O cerne da presente proposição, e sua exclusiva finalidade, é a adequação do memorial descritivo do imóvel que abrigará a nova sede do Poder Legislativo.

A nova redação corrige e detalha as confrontações e a área do imóvel, que é composto por parte destacada das Matrículas de nº 34.625 e 34.626 do CRI local, perfazendo uma área territorial de 2.223,00 m².

A nova área foi avaliada em R\$ 2.200.000,00. A atual sede do Poder Legislativo encontra-se avaliada em R\$ 2.172.000,00

Sendo assim, no que tange aos aspectos de competência desta Comissão a serem analisados, o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É como voto.

Paulo André Faneco
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos o seu voto. É o parecer.

Sala das Comissões, assinado e datado eletronicamente.

Luizinho Barbeiro
Vice-presidente

Adhemar Kemp Marcondes de Moura Filho
Membro

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

